



SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA



Duke Energy International Geração Paranapanema S.A

**2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
ESPÉCIE COM GARANTIA QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA**

Relatório Anual do Agente Fiduciário Exercício 2010

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO AOS DEBENTURISTAS DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES DA DUKE ENERGY INTERNATIONAL, GERAÇÃO PARAPANEMA. S.A- COMPANHIA ABERTA - CNPJ: 02.998.301/0001-81

Em cumprimento ao disposto do artigo 68, parágrafo 1º, letra B, da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, item XVII do artigo 12 da instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, submetemos à apreciação de V.Sas. o presente Relatório Anual da **DUKE ENERGY INTERNATIONAL, GERAÇÃO PARAPANEMA.S.A.**, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, onde destacamos os aspectos relevantes de interesse dos Senhores Debenturistas.

1 – DAS DEBÊNTURES:

A. DA AUTORIZAÇÃO.

1.1 Deliberada pela reunião da diretoria da Companhia realizada em 11 de junho de 2010 ("RD"); (ii) nas deliberações da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 16 de junho de 2010 ("RCA"); (iii) nas deliberações da reunião do Conselho Fiscal da Companhia realizada em 24 de junho de 2010; (iv) no parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia datado de 24 de junho de 2010; e (v) nas deliberações da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Companhia realizada em 5 de julho de 2010 ("AGE"). A ata (i) da RD foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 25 de junho de 2010 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Valor Econômico" em 1º de julho de 2010; (ii) da RCA foi arquivada na JUCESP em 25 de junho de 2010 e publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico" em 1º de julho de 2010; e (iii) da AGE será arquivada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico", nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");

B. CARACTERÍSTICAS.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS (GEP12)	
Valor Nominal Unitário:	R\$ 1.000.000,00
Valor da Operação:	500 Milhões
Quantidade:	500
Emissão:	16/7/2010
Vencimento:	16/7/2015
Classe:	Não Conversível
Forma:	Escritural
Garantia/Espécie:	Quirografia
Remuneração	IGPM + 8,59% a.a.
Banco Mandatário:	BANCO CITIBANK S/A

Instituição Depositária:	BANCO CITIBANK S/A
Coordenador Líder:	BANCO SANTANDER S/A
Registro CVM:	DISPENSA ICVM 476/09
ISIN:	BRGEPADBS046

C. POSIÇÃO DE CUSTODIA:

POSIÇÃO DE MERCADO	
DEBÊNTURES EMITIDAS	500
DEBÊNTURES TESOURARIA	-
DEBÊNTURES CIRCULAÇÃO	500
DEBÊNTURES RESGATADAS	-
DEBÊNTURES CANCELADAS	-

D. ALTERAÇÕES NAS CONDIÇÕES DA EMISSÃO:

A presente emissão não teve alterações escriturais.

E. PAGAMENTOS:**Eventos Realizados e Próximos Eventos.**

- Não houve eventos para o exercício de 2010.

EVENTOS					
DATA DO EVENTO	DATA DO PAGAMENTO	EVENTO	TAXA	LIQUIDAÇÃO	STATUS
16/07/11	18/07/11	JUROS	IGPM + 8,59% a.a.	D0	-
16/07/12	16/07/12	JUROS	IGPM + 8,59% a.a.	D0	-
16/07/13	16/07/13	JUROS	IGPM + 8,59% a.a.	D0	-
16/07/13	16/07/13	AMORTIZAÇÃO	33,3333% do VNA	D0	-
16/07/14	16/07/14	JUROS	IGPM + 8,59% a.a.	D0	-
16/07/14	16/07/14	AMORTIZAÇÃO	33,3333% do VNA	D0	-
16/07/15	16/07/15	VENCIMENTO		D0	-

F. CONDIÇÕES DE VENCIMENTO ANTECIPADO:

- inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de comunicação do referido descumprimento (a) pela Companhia ao Agente Fiduciário, ou (b) pelo Agente Fiduciário à Companhia, conforme o caso, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou a esta Escritura de Emissão na respectiva data de pagamento prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado da data do respectivo vencimento;
- inadimplemento, pela Companhia, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato ou, nos demais casos, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data estipulada para pagamento, ou vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM (ou seu equivalente em outras moedas);
- protesto de títulos contra a Companhia, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM (ou seu equivalente em outras moedas), exceto se, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data do protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (a) o protesto foi cancelado ou suspenso; ou (b) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo em dinheiro ou por meio de fiança bancária ou de seguro garantia contratado com instituição financeira de primeira linha;
- sequestro, arresto ou penhora de ativos da Companhia, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM (ou seu equivalente em outras moedas), exceto se tal sequestro, arresto ou penhora for sanado no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de sua ocorrência;
- transferência de controle acionário direto ou indireto da Companhia, desde que, após tal transferência, a Moody's ou a Standard & Poor's, ou na falta destas, a Fitch, rebaixar, por motivos diretamente ligados à transferência do controle acionário, a classificação de risco da Companhia em dois níveis em relação à classificação de risco da Companhia vigente na Data de Emissão;
- cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, exceto se (a) a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação; ou (b) tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, pelo Valor Nominal ou pelo saldo devedor do Valor Nominal, conforme o caso, atualizado pela Atualização Monetária, acrescido dos Juros, calculados pro rata temporis, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; ou (c) a operação

for uma incorporação, pela Companhia, de uma sociedade controlada (de modo que a Companhia seja a incorporadora);

- (a) decretação de falência da Companhia; (b) pedido de autofalência formulado pela Companhia; (c) pedido de falência da Companhia, formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento;
- transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- alteração do objeto social da Companhia, conforme disposto em seu estatuto social, que altere substancialmente as atividades atualmente praticadas e exclusivamente relacionadas, direta ou indiretamente, à atividade fim de geração de energia elétrica, ressalvadas as hipóteses de alteração da fonte de geração;
- término antecipado ou intervenção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão, concedidos à Companhia pelo Poder Concedente, relativo ao serviço público de geração de energia elétrica;
- comprovação de que qualquer das declarações prestadas na Cláusula 10.1 e/ou no Contrato de Distribuição é falsa, incorreta ou enganosa em qualquer aspecto relevante, não sanado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de comunicação da referida comprovação (a) pela Companhia ao Agente Fiduciário, ou (b) pelo Agente Fiduciário à Companhia, conforme o caso, dos dois o que ocorrer primeiro;
- redução de capital social da Companhia, exceto (a) pela redução do capital social da Companhia no valor de até R\$360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais), nos termos do aviso de fato relevante publicado em 14 de maio de 2010, desde já aprovada pelos Debenturistas; (b) por redução de capital social para absorver prejuízo; ou (c) se previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, qualquer distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações ou no estatuto social da Companhia em vigor na Data de Emissão, dos dois o que for menor; ou
- não observância, pela Companhia, dos limites do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA, que não poderá ser superior a 3,20 (três inteiros e vinte centésimos), e do índice financeiro EBITDA/Resultado Financeiro, que não poderá ser inferior a 2,0 (dois inteiros) (em conjunto, "Índices Financeiros"), a serem apurados ao final de cada trimestre fiscal a partir da Data de Emissão e verificados pelo Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Companhia, sendo que, para fins do disposto neste inciso, serão consideradas as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, revisadas ou auditadas, conforme o caso, por auditor independente, e as seguintes definições:

"Dívida Líquida" significa, em bases consolidadas, o somatório dos saldos das dívidas da Companhia, incluindo dívidas da Companhia perante a ELETROBRÁS e dívidas da Companhia perante pessoas físicas e/ou jurídicas, tais como mútuos, empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, nos mercados local e/ou internacional, e obrigações referentes a parcelamento de tributos e/ou taxas; menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

"EBITDA": significa, em bases consolidadas, o lucro da Companhia antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 4 (quatro) trimestres fiscais; e

"Resultado Financeiro": significa, em bases consolidadas, a diferença entre Receitas Financeiras e Despesas Financeiras da Companhia ao longo dos últimos 4 (quatro) trimestres fiscais, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio, sendo que o Resultado Financeiro será apurado em módulo, se for negativo e, se for positivo, será considerado 1 (um).

G. APLICAÇÃO DOS RECURSOS CAPTADOS COM A EMISSÃO.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da Emissão de Debêntures serão integralmente utilizados para o pagamento de dívidas da Companhia, que contempla (i) o pagamento da primeira amortização da série 1 da primeira emissão de Debêntures da Companhia, emitidas em 15 de setembro de 2008; e (ii) a quitação total do saldo devedor da dívida da Companhia nos termos do "Instrumento Particular de Assunção Parcial de Dívida" celebrado em 19 de julho de 1999 entre a Companhia e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS ("ELETROBRÁS").

H. LIMITES FINANCEIROS.

Dos Covenants Financeiros:

Exercício 2010

3º Trimestre

- Dívida Líquida: 333,192
- EBITDA: 587,460
- Caixa: 477,298
- Dívida Líquida /EBITDA = 0,57
- Adimplido.

- EBITDA: 587,460
- Resultado Financeiro: (83,701)
- EBITDA/Resultado Financeiro: 7,02
- Adimplido.

4º Trimestre

- Dívida Líquida: 341.414
- EBITDA: 599,573
- Caixa: 495,772
- Dívida Líquida /EBITDA = 0,57
- Adimplido.

- EBITDA: 599,573
- Resultado Financeiro: (102,783)
- EBITDA/Resultado Financeiro= 5,83
- Adimplido.

- O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA deverá ser igual ou inferior a 3,20.
- O índice obtido da divisão entre EBITDA pelo Resultado Financeiro deverá ser igual ou superior a 2,00.

Conforme definido abaixo:

"Dívida Líquida" significa, em bases consolidadas, o somatório dos saldos das dívidas da Companhia, incluindo dívidas da Companhia perante a ELETROBRÁS e dívidas da Companhia perante pessoas físicas e/ou jurídicas, tais como mútuos, empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, nos mercados local e/ou internacional, e obrigações referentes a parcelamento de tributos e/ou taxas; menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras.

"O EBITDA": significa, em bases consolidadas, o lucro da Companhia antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 4 (quatro) trimestres fiscais.

"Resultado Financeiro": significa, em bases consolidadas, a diferença entre Receitas Financeiras e Despesas Financeiras da Companhia ao longo dos últimos 4 (quatro) trimestres fiscais, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio, sendo que o Resultado Financeiro será apurado em módulo, se for negativo e, se for positivo, será considerado 1 (um).

2- DA EMPRESA

A. CONTEXTO OPERACIONAL

A Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, concessionária de uso de bem público, na condição de produtora independente, com sede em São Paulo, tem como atividades principais a geração e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME.

A capacidade instalada em operação da Companhia é de 2.237 MW, composta pelo seguinte parque gerador em operação no Estado de São Paulo: UHE Capivara, UHE Chavantes, UHE Jurumirim, UHE Salto Grande, UHE Taquaruçu, UHE Rosana e 49,7% do Complexo Canoas, formado pelas UHEs Canoas I e II.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de março de 2011.

B. EVENTOS SOCIETÁRIOS

(solicite ao Agente Fiduciário os Eventos Societários na íntegra)

Assembleias

22/10/2010 – AGDEB

Os Debenturistas Aprovaram: Redução do Capital Social e Modificação do Objeto Social da Companhia.

29/10/2010 – AGE

Os Acionistas Aprovaram: (i) e (ii) alteração da redação do Estatuto Social da Companhia;; (iii) exame e discussão do Balanço Semestral da Companhia;; (iv) votar a proposta da administração

relativa à destinação dos resultados apurados no Balanço Semestral levantado em 30.6.2010; (v) ratificação da nomeação do Sr. Jairo de Campos.

11/11/2010 – AGE

Os Acionistas aprovaram a Proposta da Administração sobre a pretendida Redução do Capital Social.

30/12/2010 – AGE

Os acionistas apreciaram e votaram a proposta da Administração da Companhia versando sobre a opção de pagamento de juros sobre o capital próprio.

Fatos Relevantes

05/07/2010 – 2ª emissão pública de debêntures.

03/09/2010 – Alteração do Objeto Social.

12/11/2010 – Redução do Capital Social.

Reuniões da Administração

10/08/2010 - Aprovação do Balanço levantado 30/06/2010; e Deliberação sobre a distribuição de dividendos intermediários.

13/09/2010 - i) Tomar ciência do desligamento do Diretor Comercial; (ii) Eleger membro efetivo do Conselho de Administração da Cia., e (iii) Apreciar os termos das políticas internas da Cia., “Doações e Alienações de Bens” e “Patrocínios”.

04/10/2010 - Alteração do Objeto Social; Convocação da AGDEB; Convocação do Conselho Fiscal; Redução de capital.

08/10/2010 - (i) e (ii) Análise e discussão sobre a alteração do Estatuto Social da Companhia; (iii) Apreciar os termos da política interna da Companhia denominada “Gerenciamento de Risco Comercial”; (iv) Proceder à convocação de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas.

22/10/2010 - Convocação da AGE; Exame de proposta feita pelos Debenturistas durante a AGDEB de 22 10 10 às 10:00.

22/10/2010 - Ratificar parecer favorável à proposta de redução do capital social da Companhia.

03/11/2010 - Eleição de Diretor(es).

13/12/2010 - Apreciar e votar a proposta da Diretoria da Companhia; Apreciar os termos das políticas internas da Companhia; Proceder à convocação de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas; Tomar conhecimento das funções e atribuições de cada Diretor Executivo; Tomar conhecimento e apreciar a assinatura do Acordo Coletivo da Companhia.

3 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em 2010, a gestão da Duke Energy International - Geração Paranapanema foi marcada principalmente por uma reestruturação financeira que incluiu a emissão de debêntures no valor de R\$ 500 milhões e a troca de parte da dívida com redução do custo financeiro e alongamento dos prazos. A operação resultou em melhoria do fluxo de caixa e levou a uma redução de capital, com a devolução de R\$ 360 milhões aos nossos acionistas.

Paralelamente, focamos na continuidade de nossa política comercial, que aumentou o preço médio de venda de energia em nosso mix de contratos, e, conseqüentemente, na elevação da receita. A combinação desses fatores, somada à permanente busca de otimização de nossos custos operacionais, está refletida no aumento de 76,4% do lucro líquido em relação ao ano anterior.

A eficácia dessas medidas foi reconhecida pelas agências Standard&Poors e Moody's ao elevar as classificações de risco de crédito da companhia.

A prioridade absoluta atribuída pela Duke Energy, e por mim pessoalmente, à segurança de nossas atividades nos levou a viabilizar a aspiração de "Zero Acidente" entre empregados e contratados. A excelência nessa área também foi reconhecida externamente com a obtenção da medalha Eloy Chaves, premiação mais conceituada do setor elétrico, concedida às companhias que se destacam na prevenção de acidentes de trabalho. A eficiência de nossos programas de operação e manutenção fica evidenciada ainda nos excelentes indicadores de desempenho das unidades geradoras alcançados em 2010, quando obtivemos o melhor resultado de nossa história.

Alinhados ao conceito de sustentabilidade, demos continuidade ao Programa de Renovação da Mão de Obra, que foi além da usual concessão de benefícios e treinamentos aos profissionais prestes a se aposentar. A iniciativa contemplou a formação de jovens recrutados nas comunidades do entorno de nossas usinas em nossa Escola de Operações. Nos últimos dois anos, capacitamos 38 pessoas, número propositadamente superior ao necessário para atender às nossas necessidades, de forma a oferecer à sociedade jovens com maior preparo profissional. Nosso empenho na gestão de pessoas nos levou também a ocupar a 16ª posição entre as melhores empresas para se trabalhar no Brasil e a figurar entre as 50 melhores da América Latina no levantamento do Great Place to Work.

A dedicação que dispensamos aos colaboradores se estende às comunidades em que estamos inseridos e com as quais buscamos desenvolver um relacionamento cada vez mais próximo e positivo. Para isso, mantemos uma série de ações, entre elas o Cinemagia Duke Energy, que, em 2010, possibilitou que 53 mil pessoas – número três vezes maior do que o registrado em 2009 – assistissem a filmes por meio do cinema itinerante, e estimulamos o programa de voluntariado, que contou com mais de 500 inscritos, com atuação em diversas ações sociais.

Outra ação com impactos positivos para as comunidades é o programa de repovoamento do Rio Paranapanema, com a inclusão anual de 1,5 milhão de alevinos. Ela está alinhada à nossa preocupação com a convivência harmoniosa entre a produção de energia, o meio ambiente e a qualidade de vida da população, tema presente em nossos valores e que teve reconhecimento externo com nossa inclusão, pela quarta vez, no prêmio Benchmarking Ambiental Brasileiro.

Reiteramos o compromisso de seguir avançando para que nossas ações, guiadas por nossos valores e sólida governança, sejam orientadas para atender às necessidades e expectativas de todos os stakeholders.

As conquistas alcançadas em 2010 são motivo de muito orgulho para nós. E só foram possíveis devido ao comprometimento e à excelência de nossos profissionais, bem como à confiança dos clientes, acionistas, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e demais partes interessadas, aos quais agradecemos especialmente.

Armando de Azevedo Henriques – Presidente

1. Perfil

A Duke Energy Internacional, Geração Paranapanema S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto que atua na geração e comercialização de energia elétrica. Subsidiária e principal investimento internacional da Duke Energy Corp – uma das maiores companhias energéticas dos Estados Unidos –, administra oito usinas hidrelétricas instaladas no Rio Paranapanema: Jurumirim, Chavantes, Salto Grande, Capivara, Taquaruçu, Rosana, Canoas I e Canoas II – as duas últimas operadas em sistema de consórcio com a Companhia Brasileira de Alumínio – CBA. Mantém sede administrativa na capital paulista e emprega cerca de 280 colaboradores.

A capacidade instalada da Companhia é de 2.307 MW, o que a posiciona entre as maiores geradoras privadas do Brasil, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Em 2010, produziu 13.470,82 GWh e contabilizou receita operacional bruta de R\$ 964.913 e lucro líquido de R\$ 180.505, o que representa crescimentos de 9,0% e 76,4%, respectivamente, na comparação com 2009. O Ebitda registrado no período foi de R\$ 599.573 e a margem Ebitda, de 69,5%.

2. Cenário

2.1 Ambiente econômico

O cenário econômico internacional de 2010 foi marcado pela tentativa de reestruturação financeira por parte de países europeus e dos Estados Unidos, e pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em várias nações da América Latina – incluindo o Brasil, cuja taxa foi de 7,5%, a maior desde 1986, o que consolida o País como a oitava economia mundial.

Além desse crescimento, o País vivenciou no período o avanço do crédito e a elevação dos prazos dos financiamentos, fatores que ampliaram o acesso da classe C ao consumo e reduziram a taxa de desemprego – a menor dos últimos oito anos.

Apesar do esforço do Banco Central para conter a inflação, por meio do aumento da taxa básica de juros, que ficou em 10,75% ao ano, a inflação medida pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), atingiu 11,32% no período. O resultado é o maior desde 2004 e foi registrado após a primeira deflação da história do indicador, registrada em 2009.

Adicionalmente, os ganhos dos investidores em bolsa foram diminuídos em razão de as pressões da crise internacional terem segurado o índice Bovespa, que fechou o ano com perda real de 9,69%.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2010 em 5,91%, 1,60 ponto percentual acima da taxa de 2009 (4,31%), impulsionada pelo aumento dos preços dos alimentos.

As exportações somaram US\$ 201,9 bilhões, crescimento de 32% em relação ao exercício anterior, e as importações cresceram 42,2%, totalizando US\$ 181,6 bilhões e registrando um superávit da balança comercial de US\$ 20,3 bilhões.

	Em 31 de dezembro				
	2010	2009	2008	2007	2006
IGP-M	11,32%	-1,72%	9,81%	7,75%	3,85%
IPCA	5,91%	4,31%	5,90%	4,46%	3,14%
PIB	7,5%	-0,2%	5,1%	5,4%	3,7%
Taxa de câmbio	1,6662	1,7412	2,3370	1,7713	2,1380
$\Delta\%$ Taxa de câmbio	-4,31%	-25,49%	31,94%	-17,15%	-8,66%
Selic (alvo)	10,75%	8,75%	13,75%	11,25%	13,25%

3. Governança Corporativa

O rígido cumprimento da legislação e a adoção de melhores práticas são marcas da governança corporativa da Duke Energy. Desde 2004, a Companhia atende às exigências da Lei Sarbanes Oxley – SOX e mantém processos e sistema automatizados de controle. Também oferece treinamento aos seus profissionais sobre aspectos relacionados à Proibição de Práticas de Corrupção no Exterior – FCPA.

Além disso, acata as instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), informando o mercado sobre atos ou fatos relevantes que envolvam seus negócios e resguardando o sigilo das informações caso seus acionistas controladores, debenturistas ou os integrantes do Conselho de Administração julguem que a divulgação contraria os interesses corporativos.

A Companhia procura seguir as práticas recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), entre elas a contratação de empresa independente para avaliar seus balanços e demonstrações financeiras; o livre acesso às informações e instalações pelos membros do Conselho de Administração; e a fixação de atribuições e limites de poderes aos diretores e demais executivos da companhia.

A Companhia também dissemina seus valores entre os colaboradores. Um dos canais para isso é o Código de Ética nos Negócios, que contém diretrizes relacionadas ao comportamento esperado dos profissionais. Outra ferramenta é a Linha Ética, canal externo de comunicação disponível 24 horas por dia para o recebimento de denúncias sobre desvios de comportamento, que podem ser feitas, com a garantia de anonimato, por telefone ou e-mail. Por intermédio da ferramenta, os interessados também podem solicitar informações sobre políticas e procedimentos da Companhia.

3.1 Estrutura Organizacional

As instâncias permanentes de governança da Duke Energy são o Conselho de Administração e a Diretoria-Executiva. Quando solicitado pelos acionistas, é instalado ainda o Conselho Fiscal, responsável, entre outras tarefas, pela análise das demonstrações financeiras e fiscalização dos atos dos administradores.

O Conselho de Administração é constituído por cinco membros e respectivos suplentes, todos acionistas, sendo um integrante e um suplente indicados pelos colaboradores. Todos são eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de três anos, permitida a reeleição. Entre as atribuições do órgão estão: estabelecer as diretrizes gerais dos negócios, eleger e substituir os membros da Diretoria-Executiva, referendar suas atribuições, conforme designadas pelo diretor-presidente, e fiscalizar seu desempenho.

Já à Diretoria-Executiva compete administrar os negócios e executar as deliberações do Conselho de Administração. Ela pode ser composta por no mínimo três e no máximo oito diretores estatutários – em dezembro de 2010 possuía cinco integrantes – eleitos pelo Conselho de Administração para mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição. Cabe ao diretor-presidente designar as funções e atribuições de cada diretor-executivo.

Em 2010, por deliberação da Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 30 de abril, o Conselho Fiscal foi instalado com três membros efetivos e três suplentes, sendo um efetivo e um suplente representantes dos acionistas minoritários.

Autônomo em relação à Administração e aos auditores independentes, o Conselho Fiscal vigorará até a próxima Assembleia Geral Ordinária.

3.2 Auditoria externa

A Duke Energy baseia a contratação de serviços de auditoria externa em princípios que preservam a independência dos auditores. Assim, garante que o auditor não audite seu próprio trabalho, não exerça funções gerenciais na Companhia nem promova os interesses dela.

Em 2010, além de auditar o Balanço Anual e elaborar revisão limitada das informações trimestrais, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para prestar serviços de análise, em base amostral, dos conceitos e procedimentos utilizados para determinação das bases de cálculo do IRPJ, CSLL, PIS e Cofins, relacionados ao ano-calendário encerrado em 31 de dezembro de 2009, bem como dos critérios adotados para o cálculo dos valores que porventura tenham sido recolhidos mensalmente. Também revisou os principais procedimentos fiscais observados no preenchimento da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ/10 relativa ao ano-calendário 2009. Os serviços representaram honorários de R\$ 244.

3.3 Rating – Standard&Poors e Moody's

Em razão da forte geração de fluxo de caixa e de sólidas métricas de crédito, em 19 de outubro de 2010 a Standard&Poors elevou os ratings de crédito da Duke Energy de estável para positiva, e os ratings atribuídos na Escala Nacional Brasil, de brAA- para brAA, confirmando o rating na escala global para BB.

A Moody's elevou também para Ba1 de Ba2 o rating na escala global e para Aa2.br de Aa3.br o rating na escala nacional brasileira de BRL 341 milhões de debêntures com vencimento em 2013 e 2015 emitidas pela Companhia.

A elevação dos ratings de crédito pela Moody's reflete as expectativas da agência de que o consistente desempenho operacional da Companhia nos últimos três anos terá continuidade.

4. Desempenho nos Negócios

4.1 Geração

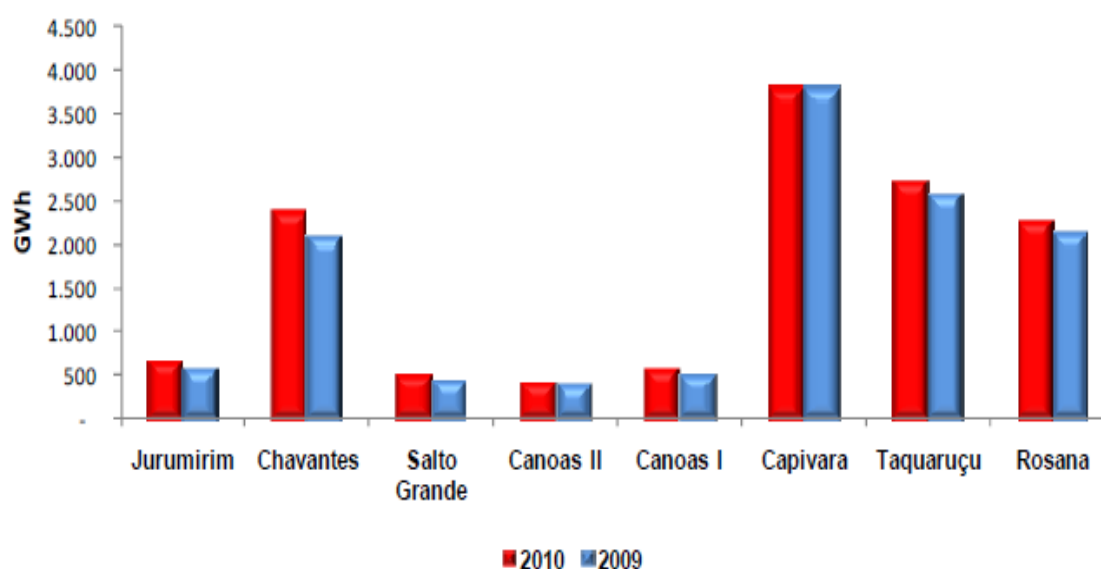
A Companhia opera suas usinas hidrelétricas a partir de dois contratos de concessão: o contrato nº 76/1999, que regula os termos de funcionamento de Jurumirim, Chavantes, Salto Grande, Capivara, Taquaruçu e Rosana por período de 30 anos, a ser encerrado em 2029; e o contrato nº 183/1998, por meio do qual opera Canoas I e Canoas II em consórcio com a CBA, com prazo de 35 anos, a se encerrar em 2033. Nesse sistema compartilhado com a CBA, cabe à Companhia 49,7% da energia gerada. A capacidade total das usinas, cujos reservatórios armazenam cerca de 6% de água das Regiões Sudeste e Centro-Oeste do País, é de 2.307 MW.

Em 2010, a Duke Energy gerou 13.470,82 GWh, acréscimo de 6,89% em relação ao exercício anterior. O volume equivale a 2,8% da energia elétrica produzida no País no período. O crescimento decorre das favoráveis sequências hidrológicas (vazões afluentes aos reservatórios) resultantes da precipitação na Bacia do Rio Paranapanema. Também favoreceram o resultado a contribuição da Companhia com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS na execução da política para otimizar o despacho de geração em suas usinas e o fato do armazenamento de água na Bacia do Rio Paranapanema estar em melhores condições do que em outros reservatórios do sistema elétrico. Ao final do período, os reservatórios continham 52,05% de água armazenada, volume considerado satisfatório, porém inferior à média histórica da Companhia, de 65,38%. A produção superou em 41,5% a energia assegurada/garantia física para o ano, fixada em 9.522,12 GWh.

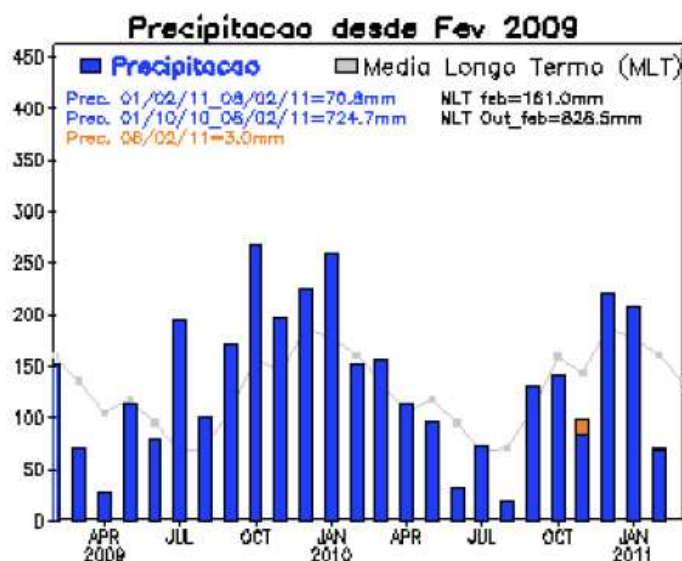
Outro destaque do ano foi o desempenho operacional dos ativos da Companhia, com disponibilidade de 96,5% e baixa taxa de falha nas unidades geradoras. Esse desempenho decorre de experiência acumulada, capacidade técnica, comprometimento dos colaboradores, política consistente de dispêndio de capital – que inclui melhorias nos sistemas operacionais – e eficiente manutenção dos equipamentos.

Embora o desempenho geral das usinas tenha se mantido em níveis favoráveis, a Companhia desenvolve vários projetos que visam à melhoria de sua capacidade produtiva, com foco na confiabilidade e disponibilidade de suas instalações.

Produção de Energia



Produção de Energia - GWh			
	2010	2009	%
Jurumirim	691,19	587,92	17,57
Chavantes	2.393,71	2.097,45	14,12
Salto Grande	519,37	446,76	16,25
Canoas II	431,16	399,56	7,91
Canoas I	589,95	519,52	13,56
Capivara	3.822,53	3.825,06	-0,07
Taquaruçu	2.730,43	2.581,89	5,75
Rosana	2.292,47	2.143,85	6,93
Total	13.470,82	12.602,00	6,89

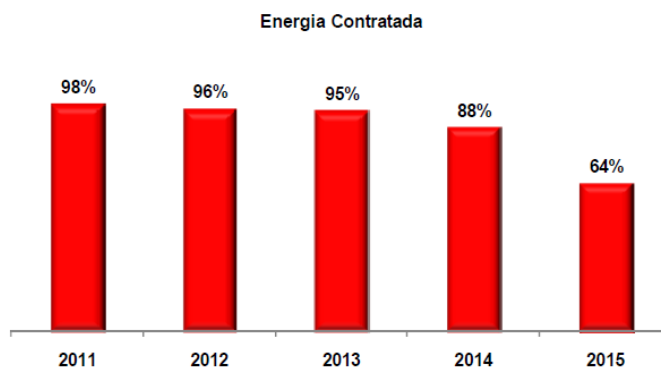


Fonte: Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos – CPTEC

4.2 Comercialização

De acordo com revisão promovida pelo Ministério de Minas e Energia (MME), que vigora até 2014, a energia assegurada/garantia física da Companhia é de 1.087 MW. Desse volume, 52 MW estão alocados para as usinas Canoas I e Canoas II, 35 MW são usados para consumo interno e perdas no sistema e 1.000 MW estão disponíveis para contratação.

Em 2010, em razão de menores perdas de sistema e da estratégia adotada de administração do lastro, a energia disponível foi de 1.008 MW. A Companhia teve 98% de sua energia contratada, o que resultou em estabilidade do fluxo de receitas. Favoreceu esse desempenho o programa de fortalecimento da marca e o estabelecimento de novos contratos com consumidores livres, demais comercializadores e Produtores Independentes de Energia – PIE. A concentração de esforços de comercialização e marketing no ambiente de livre contratação possibilitou que até o final do período fossem celebrados contratos de venda com 46 clientes consumidores livres e comercializadores (Ambiente de Contratação Livre – ACL) das Regiões Sudeste e Centro-Oeste, com preço médio superior ao de 2009. Assim, as vendas a esse segmento representaram 57% da receita bruta de energia da Companhia no ano. A Duke Energy mantém atualmente bons níveis de contratação em longo prazo. As vendas aos distribuidores (Ambiente de Contratação Regulada – ACR), por sua vez, representaram 37,2% da receita bruta.



Esses resultados alinham-se à estratégia da Companhia de ampliar o volume de receitas dos consumidores livres e assegurar base estável no segmento ACR. Os termos e as condições dos contratos firmados no âmbito do ACL são mais positivos em razão da flexibilidade de negociação. Já os contratos de ACR são em geral de longo prazo (três a oito anos) e asseguram a estabilidade do fluxo de caixa.

A Companhia celebrou contratos com as principais distribuidoras do País no âmbito dos 1º e 4º leilões de energia, ocorridos, respectivamente, em dezembro de 2004 e outubro de 2005. Assim, comprometeu-se a entregar aproximadamente 500 MW entre 2007 e 2012 e 300 MW entre 2013 e 2014.

Leilões

Data do leilão	Ano da primeira entrega	Prazo (anos)	Capacidade contratada (MW)	Preço-base médio do MW (R\$)	Número de empresas de distribuição
07/12/2004	2005	8	214	60,00	34
07/12/2004	2006	8	58	70,00	35
07/12/2004	2007	8	218	76,00	31
11/10/2005	2006	3	66	62,80	5

Além dos contratos nesses dois segmentos, a Duke Energy também comercializa energia em operações no Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. Em 2010, a grande quantidade de chuvas em todas as regiões brasileiras resultou em baixa volatilidade de preços spot no primeiro semestre. Nesse cenário, a Companhia gerou volume bastante superior à sua energia assegurada/garantia física, o que resultou em receitas superiores no MRE em relação ao ano anterior. Já no segundo semestre, em decorrência do fenômeno La Nina, houve um prolongamento do período seco, o que resultou em aumento do despacho térmico e elevação dos preços spot.

Outro destaque foi a adoção da estratégia de sazonalização da garantia física, que proporcionou ganho de receita spot bastante significativo ao longo do ano.

4.3 Pesquisa e Desenvolvimento

A Duke Energy desenvolve uma série de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, alinhada à regulamentação de seu setor de atuação que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de recursos nesse sentido. Assim, a Companhia destina 1% de sua receita operacional líquida a iniciativas inovadoras do ponto de vista tecnológico e a órgãos vinculados ao Ministério de Minas e Energia, para o desenvolvimento de soluções que visem melhorar seu resultado operacional.

A Companhia vem desenvolvendo os seguintes projetos referentes ao ciclo 2007/2008:

- Controle do molusco invasor *Limnoperna fortunei* (mexilhão-dourado) em sistemas de resfriamento de usinas hidrelétricas com injeção de ozônio;
- Investigação da possibilidade da melhoria do rendimento e da vida útil de equipamentos em unidade de geração de energia elétrica utilizando dinâmica computacional dos fluídos; e

- Mineração de dados (extração de conhecimento de uma base de dados) para as classes Operação e Comercial.

Projetos concluídos em 2010:

- Estudo de metodologias associadas à adoção de medidas emergenciais em situação de cheias;
- Plataforma computacional com metodologias para planejamento integrado gás-eletricidade;
- Simulador de estratégias de participação em leilões de energia para geradores aplicando a Teoria dos Jogos;
- Técnica para validação automática dos dados de pós-operação das usinas da Companhia e aperfeiçoamento dos modelos de suporte à decisão da operação; e
- Novos sistemas de transdução de corrente e de tensão em substituição aos transformadores de corrente (TCs) e transformadores de potência (TPs) convencionais em novos projetos.

Projetos enviados para avaliação inicial da SPE/Aneel em 2010:

- Otimização da produção e distribuição de gás natural considerando efeitos do pré-sal e insumos concorrentes sobre a Política de Operação Hidrotérmica – SimGás;
- Cálculo e revisão de certificados de garantia física no Brasil: metodologias e critérios – Garantia Física;
- Estudo em escala de laboratório da gaseificação de biomassas por plasma, aplicada à geração de energia elétrica;
- Monitoramento e controle de erosões marginais em R;
- Reservatórios hidrelétricos: métodos de avaliação dos processos, uso de geotecnologias para seu monitoramento e experimentação de técnicas de controle; e
- Método para avaliação de áreas de recrutamento de peixes, para otimização dos programas de conservação e recuperação do estoque pesqueiro.

Também de acordo com as diretrizes de P&D estabelecidas na Resolução Normativa Aneel nº 316/2008, em 2010 a Companhia deu continuidade ao desenvolvimento do projeto Estudo da geração de energia elétrica através da utilização do empuxo.

Por considerar que projetos estratégicos são temas de grande relevância para o setor elétrico brasileiro e exigem esforço conjunto e coordenado de várias empresas do setor e entidades executoras, a Duke Energy participa ainda das seguintes iniciativas:

- Tema estratégico 1 (todas as linhas de pesquisa) – Modelo de otimização do despacho hidrotérmico;
- Tema estratégico 3 – Metodologia para alocação dos custos do sistema de transmissão;
- Tema estratégico 9 – Proposta de metodologia para monitoramento e avaliação de gases do efeito estufa em reservatórios de usinas hidrelétricas brasileiras;

- Tema estratégico 10 – Efeitos de mudanças climáticas no regime hidrológico de bacias hidrográficas e na energia assegurada/garantia física de aproveitamentos hidrelétricos (fase de elaboração da proposta); e
- Tema estratégico 12 – Arranjos técnicos e comerciais para um mercado sul-americano de energia elétrica (fase de elaboração da proposta).

5. Desempenho Econômico Financeiro

5.1 Alteração do Padrão Contábil

A Companhia passou a adotar, a partir de 1º de janeiro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009 (balanço de abertura), todos os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aplicáveis às suas operações, os quais estão alinhados às práticas contábeis internacionais – IFRS. Dessa forma, determinados saldos relativos ao exercício de 2009, anteriormente divulgados, foram ajustados de modo a refletir as alterações decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos e permitir a comparabilidade entre os períodos apresentados.

Os ajustes resultantes da adoção desses pronunciamentos que afetaram os resultados da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 foram os seguintes:

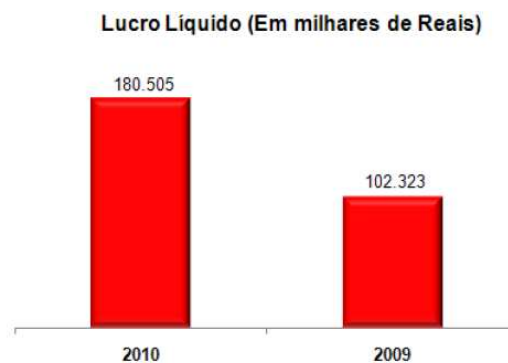
	Em milhares de reais	
	2010	2009
Lucro líquido antes da adoção das novas práticas contábeis	254.323	189.417
Ajustes:		
Depreciação sobre ajuste a valor justo do ativo imobilizado	(114.331)	(129.019)
Baixas do ativo imobilizado a valor justo	(251)	(204)
Imposto de renda diferido sobre ajustes acima	38.958	43.935
Outros ajustes	1.806	(1.806)
	<u>(73.818)</u>	<u>(87.094)</u>
Lucro líquido após adoção das novas práticas contábeis	180.505	102.323

A Companhia aplicou o custo atribuído na adoção inicial do IFRS, de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 27 (Ativo imobilizado), e contratou consultoria especializada para elaboração da avaliação do imobilizado. Em consequência dessa avaliação pelo valor justo (custo atribuído), houve acréscimo no imobilizado de R\$ 2.083.565 na adoção inicial do IFRS em 1º de janeiro de 2009 (balanço de abertura), e a despesa com depreciação do imobilizado aumentou em R\$ 114.331 e R\$ 129.019 respectivamente em 2010 e 2009. Os impostos diferidos sobre esses ajustes totalizaram R\$ 38.958 em 2010 e R\$ 43.935 em 2009.

Principais indicadores (Em milhares de Reais)			
	2010	2009	% Variação
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	964.913	885.369	9,0
(-) Deduções à receita operacional	(102.610)	(105.095)	-2,4
Receita operacional líquida	862.303	780.274	10,5
(-) Despesas operacionais	(497.860)	(563.812)	-11,7
Resultado do serviço	364.443	216.462	68,4
Ebitda	599.573	466.445	28,5
Margem Ebitda - %	69,5%	59,8%	-
Resultado financeiro	(102.783)	(64.674)	58,9
Resultado Operacional	261.660	151.788	72,4
Lucro líquido do exercício	180.505	102.323	76,4
Margem líquida - %	20,9%	13,1%	-
Indicadores financeiros			
Ativos totais	4.875.524	4.977.222	-2,0
Dívidas em moeda nacional	837.186	845.948	-1,0
Patrimônio líquido	3.253.807	3.319.366	-2,1

5.2 Lucro Líquido

Em 2010, a Companhia alcançou lucro líquido de R\$ 180.505, elevação de 76,4% na comparação com 2009. Os principais fatores que contribuíram para esse desempenho foram o crescimento da receita e a redução das despesas operacionais – obtida em virtude do registro do passivo da TUSD-g em 2009 e de reestruturações internas. Por outro lado, o lucro líquido foi impactado negativamente pela elevação das despesas financeiras, consequência da alta variação do IGP-M, um dos principais indexadores da dívida da Empresa. A Companhia destina 100% do lucro líquido ao pagamento de dividendos, de acordo com seu Estatuto Social, após constituição da Reserva Legal.



5.3 Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta do ano foi de R\$ 964.913, o que representa crescimento de R\$ 79.544, ou 9%, em relação ao período anterior, em virtude de maiores preços fixados na comercialização nos contratos bilaterais. As vendas de energia nos contratos de leilões aumentaram R\$ 16.429 em relação a 2009, pelo reajuste dos preços. Como efeito da maior geração de energia, a receita cresceu R\$ 5.873 (30,3%) nas operações provenientes do MRE. No entanto, houve queda significativa no preço da energia no mercado spot, cujas vendas reduziram R\$ 4.738 (13,2%).



5.4 Deduções à Receita Operacional

As deduções à receita operacional diminuíram R\$ 2.485, ou 2,4%, em relação a 2009, em especial por conta da redução do Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços – ICMS acumulado sobre a venda de energia elétrica como efeito de mudança na legislação do Estado de São Paulo – Decreto nº 54.177/2009. O decréscimo foi parcialmente compensado pelo maior volume de receita.

5.5 Receita Operacional Líquida

Como resultado de todos esses fatores, a receita operacional líquida do período aumentou 10,5% na comparação com 2009 e alcançou R\$ 862.303.

5.6 Despesas Operacionais

As despesas operacionais totalizaram R\$ 497.860, decréscimo de 11,7% em relação ao montante do ano anterior (R\$ 563.812) devido, principalmente, ao reconhecimento, em 2009, do ajuste da estimativa da TUSD-g na rubrica Encargos de Uso da Rede Elétrica.

As despesas de pessoal também foram reduzidas, em 10,3%, no ano, principalmente em razão do programa de renovação das equipes e da diminuição dos pagamentos de indenizações. O dissídio de 2010 foi de 6,25%, determinado em acordo coletivo.

Os serviços de terceiros somaram R\$ 42.250, o que representa 11,6% mais do que em 2009, devido à remensuração do montante necessário para a execução dos compromissos estabelecidos no TAC Cibacap. Essa rubrica inclui ainda despesas com consultoria e auditoria externa, manutenção e conservação de instalações, e serviços técnicos e de informática.

Em comparação com 2009, as despesas com energia comprada aumentaram 40,3%, destacando-se a elevação de operações com compra de energia no mercado spot em decorrência do maior despacho de térmicas no segundo semestre. As operações no mercado spot totalizaram R\$ 2.476 (R\$ 942 no ano anterior), equivalentes a 21.236 MWh (9.250 MWh em 2009). No período, não ocorreram operações provenientes do MRE.

As despesas com Encargos de Uso da Rede Elétrica apresentaram redução de 45,1% em relação ao exercício anterior em razão do reconhecimento, naquele ano, do ajuste da estimativa da TUSD-g na rubrica Encargos de Uso da Rede Elétrica, estabelecido na Resolução nº 457/2000.

Já a rubrica Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH somou R\$ 56.763, aumento de 11,2% em relação a 2009. O cálculo da compensação financeira é baseado na geração efetiva das usinas, que foi de 12.999.345 MWh, ou seja, 7,2% superior aos 12.130.532 MWh gerados no período anterior. Houve ainda aumento de 3,8% na Tarifa Atualizada de Referência (TAR), que passou de R\$ 62,33/MWh em 2009, para R\$ 64,69/MWh.

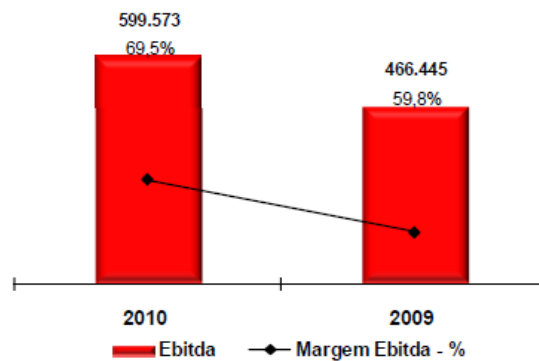
A variação na rubrica de outras despesas é decorrente principalmente do aumento de provisões trabalhistas, compensado parcialmente pela reversão de contingências ambientais. Essa rubrica também é composta pelos custos com aluguéis, seguros e impostos e taxas, entre outros.

5.7 Ebitda e Margem Ebitda

O Ebitda (lucro antes dos impostos, juros, depreciação e amortização) da Companhia aumentou 28,5% em 2010, na comparação com 2009, em decorrência do aumento das receitas e da redução das despesas operacionais.

	2010	2009
Lucro líquido	180.505	102.323
Imposto de renda e contribuição social	81.155	49.465
Resultado financeiro (líquido)	102.783	64.674
Depreciação e amortização	235.130	249.983
Ebitda (R\$ mil)	599.573	466.445
Margem líquida	69,5%	59,8%

Ebitda (Em milhares de Reais)



5.8 Resultado Financeiro

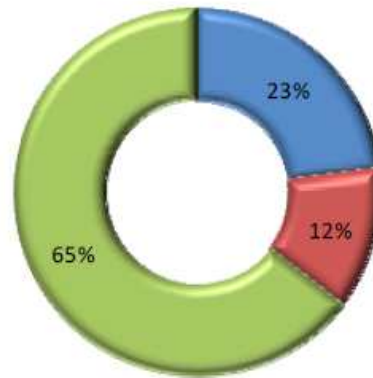
O resultado financeiro apresentado no período foi negativo em R\$ 102.783, o que representa variação de 58,9% na comparação com o ano de 2009 (negativo em R\$ 64.674). As receitas financeiras foram de R\$ 50.655, redução de 14,8% em comparação com os R\$ 59.439 de 2009, principalmente devido à receita de variação monetária apurada em 2009, de R\$ 13.798, em virtude de deflação no Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M. As despesas financeiras aumentaram 23,6%, como efeito da alta do IGP-M em 2010 (11,32%), em comparação à deflação de -1,72% em 2009. Esse índice de preços é um dos principais indexadores da dívida da Companhia.

5.9 Endividamento

Em 31 de dezembro de 2010, a dívida bruta da Duke Energy totalizava R\$ 837.186, redução de 1,0% em relação aos R\$ 845.948 do final do ano anterior, em consequência da amortização no período, compensada pelo reajuste da dívida.

Perfil da dívida	Série	Moeda	Remuneração	Vencimento	2010	2009	
Eletrobrás		Reais	IGP-M + 10%	15/05/2013	-	490.870	
Debêntures	1ª emissão	Série 1	Reais	Varição CDI + 2,15% a.a.	15/09/2013	192.692	256.212
Debêntures	1ª emissão	Série 2	Reais	Varição IPCA + 11,6% a.a.	15/09/2015	104.566	98.866
Debêntures	2ª emissão	Série única	Reais	Varição IGP-M + 8,59%	16/07/2015	539.928	-
					837.186	845.948	

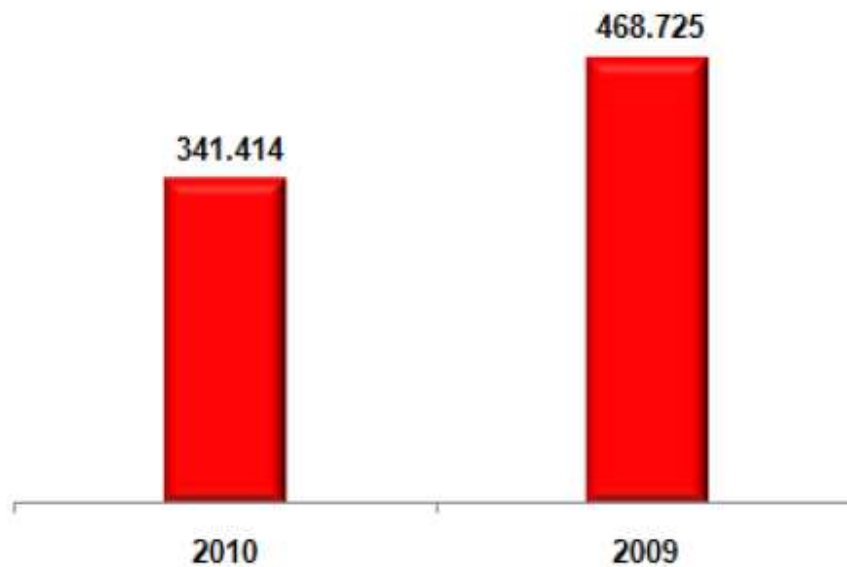
Fator de correção da dívida em 2010



■ CDI ■ IPCA ■ IGP-M

A dívida líquida – representada pelo endividamento, deduzidos os recursos em caixa e equivalentes de caixa – diminuiu 27,2%, em especial pela geração de caixa das operações, pelas amortizações e pela reestruturação da dívida.

Dívida Líquida (em milhares R\$)



5.10 Imobilizado

O ativo imobilizado contemplou, no exercício, adições de R\$ 9.188 (no ano anterior haviam sido de R\$ 15.153). As principais aquisições foram de equipamentos, visando à maior confiabilidade na capacidade de produção.

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 27 (Ativo Imobilizado), na adoção inicial do IFRS, o ativo imobilizado foi avaliado para aplicação do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009, com acréscimo de R\$ 2.083.565.

B. NOSSA ANÁLISE:

SITUAÇÃO FINANCEIRA

A Liquidez Geral aumentou de 0,29 em 2009 para 0,38 em 2010. A Liquidez Corrente aumentou de 1,19 em 2009 para 1,91 em 2010. A Liquidez Seca aumentou também de 1,19 em 2009 para 1,91 em 2010. Giro do Ativo diminuiu de 1,34 em 2009 para 1,30 em 2010.

ESTRUTURA DE CAPITALIS

A companhia não apresentou variação do índice de Empréstimos sobre o Patrimônio Líquido que se manteve em 0,26 em 2009 e em 2010. O Índice de Recursos de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido manteve em 0,50 de 2009 para 2010. O Grau de Imobilização em relação ao Patrimônio Líquido diminuiu de 1,34 em 2009 para 1,30 em 2010. A empresa apresentou no seu Exigível de Longo Prazo um aumento de 3,99% de 2009 para 2010 e uma redução de 21,36% de 2009 para 2010 no Passivo Circulante.

RESULTADOS

A receita Líquida em 2010 foi superior em 10,5% à de 2009. A Margem Bruta foi de 42,26% em 2010 contra 27,74% no ano anterior e a Margem Líquida foi de 20,93% em 2010 contra 13,11% em 2009. O Resultado Líquido do Exercício sobre o Patrimônio Líquido ficou em 5,55% em 2010 contra 3,08% em 2009.

Recomendamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis, Relatório da Administração e Parecer dos Auditores Independentes para melhor análise da situação econômica e financeira da companhia.

C. PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES:

Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 23 de março de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6



SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA



4 - DECLARAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A empresa manteve atualizadas as informações junto a CVM e ao Agente Fiduciário, bem como colocou a disposição dos senhores debenturistas interessados, pessoal habilitado a prestar informações adicionais sobre todos os eventos ocorridos na vida da debênture.

Declaramos aptidão para continuar a exercer a função de Agente Fiduciário da emissão, bem como permanecemos ao inteiro dispor dos Senhores Debenturistas em nossos escritórios à Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 717 – 6º andar – Itaim / São Paulo – SP.

São Paulo, 28 de abril de 2011

**SLW - Corretora de Valores e Câmbio Ltda.
Agente Fiduciário**

Balço Patrimonial (Reais Mil)			
ATIVO			
Conta	Descrição	31/12/2010	31/12/2009
1	Ativo Total	4.875.524	4.977.222
1.01	Ativo Circulante	604.631	481.470
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	495.772	377.223
1.01.03	Contas a Receber	96.430	93.252
1.01.04	Estoques		
1.01.06	Tributos a Recuperar	7.797	7.335
1.01.07	Despesas Antecipadas	346	354
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.286	3.306
1.01.08.03	Outros	4.286	3.306
1.01.08.03.01	Partes relacionadas	218	188
1.01.08.03.02	Serviços em curso	3.724	2.516
1.01.08.03.03	Devedores diversos	260	475
1.01.08.03.04	Outros ativos	84	127
1.02	Ativo Não Circulante	4.270.893	4.495.752
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	10.353	7.070
1.02.01.04	Estoques	0	0
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	4.646	4.908
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.707	2.162
1.02.02	Investimentos	26	26
1.02.03	Imobilizado	4.219.836	4.444.251
1.02.04	Intangível	40.678	44.405

PASSIVO			
Conta	Descrição	31/12/2010	31/12/2009
2	Passivo Total	4.875.524	4.977.222
2.01	Passivo Circulante	317.063	403.205
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.758	8.997
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.409	1.762
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.349	7.235
2.01.02	Fornecedores	34.425	34.766
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	34.425	34.766
2.01.03	Obrigações Fiscais	16.269	14.752
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	91.082	201.235
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	128.340
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	128.340
2.01.04.02	Debêntures	91.082	72.895
2.01.05	Outras Obrigações	158.253	134.950
2.01.05.02	Outros	158.253	134.950
2.01.06	Provisões	7.276	8.505
2.02	Passivo Não Circulante	1.304.654	1.254.651
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	746.104	644.713
2.02.01.02	Debêntures	746.104	282.183
2.02.02	Outras Obrigações	550.422	603.054
2.02.04	Provisões	8.128	6.884
2.03	Patrimônio Líquido	3.253.807	3.319.366
2.03.01	Capital Social Realizado	1.999.138	1.999.138
2.03.02	Reservas de Capital	99.133	98.763
2.03.04	Reservas de Lucros	63.401	54.376
2.03.04.01	Reserva Legal	57.800	48.775
2.03.04.02	Reserva Estatutária	5.601	5.601
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-1.806
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.092.135	1.168.895

Demonstração do Resultado do Exercício (Reais Mil)			
Conta	Descrição	01/01/10 à 31/12/10	01/01/09 à 31/12/09
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	862.303	780.274
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-435.349	-506.665
3.02.01	Pessoal	-32.617	-35.998
3.02.02	Material	-2.832	-3.555
3.02.03	Serviço de terceiros	-25.299	-20.500
3.02.04	Taxa de fiscalização Aneel	-4.051	-3.737
3.02.05	Comp. finan / util de recursos hídricos	-56.763	-51.036
3.02.06	Energia comprada	-2.807	-2.001
3.02.07	Encargos de uso da rede	-74.274	-135.167
3.02.08	Depreciação e amortização	-232.723	-247.745
3.02.09	Provisão para contingência	-30	-1.023
3.02.10	Alugueis	-13	-56
3.02.11	Seguros	-3.138	-4.601
3.02.12	Outras Despesas	-802	-1246
3.03	Resultado Bruto	426.954	273.609
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-62.511	-57.147
3.05	Result Antes do Result Finan dos Tributos	364.443	216.462
3.06	Resultado Financeiro	-102.783	-64.674
3.06.01	Receitas Financeiras	50.655	59.439
3.06.02	Despesas Financeiras	-153.438	-124.113
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	261.660	151.788
3.08	IR e Contribuição Social sobre o Lucro	-81.155	-49.465
3.08.01	Corrente	-115.353	-82.716
3.08.02	Diferido	34.198	33.251
3.09	Result Líquido das Op Continuadas	180.505	102.323
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	180.505	102.323

Demonstração do Fluxo de Caixa (Reais Mil)			
Conta	Descrição	01/01/10 à 31/12/10	01/01/09 à 31/12/09
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	487.216	475.547
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	565.614	451.414
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	180.505	102.323
6.01.01.02	Depreciação e amortização	235.130	249.983
6.01.01.03	Baixas do imobilizado e intangível	2.808	6.509
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-78.398	24.133
6.01.02.01	Clientes	-8.175	-7.013
6.01.02.02	Devedores diversos	215	-224
6.01.02.03	Partes relacionadas	-30	-188
6.01.02.04	Estoques	9	-11
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-581	-3.450
6.01.02.06	Serviços em curso	-1.192	-1.456
6.01.02.07	Fundos vinculados	-43	6.709
6.01.02.08	Despesas antecipadas	270	173
6.01.02.09	Fornecedores	-33.423	60.504
6.01.03	Outros		
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-9.863	-15.453
6.02.01	Adições no imobilizado	-9.188	-15.153
6.02.02	Adições no intangível	-675	-300
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-358.804	-395.978
6.03.01	Amortização de empréstimos	-542.117	-166.054
6.03.02	Debêntures	391.557	-44.480
6.03.03	Dividendos e JCP	-208.244	-185.444
6.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes		
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	118.549	64.116
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	377.223	313.107
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	495.772	377.223

Indicadores Financeiros		
	31/12/2010	31/12/2009
Alavancagem		
Recursos de Terceiros / P.L.	0,50	0,50
Empréstimos / P.L.	0,26	0,26
Índice de Atividade		
Giro do Ativo	0,04	0,02
Imobilizações		
Grau de Imobilização	1,30	1,34
Liquidez		
Liquidez Geral	0,38	0,29
Liquidez Corrente	1,91	1,19
Liquidez Seca	1,91	1,19
Rentabilidade		
Margem Bruta	42,26%	27,74%
Margem Líquida	20,93%	13,11%
Retorno sobre Capitais Próprios	5,55%	3,08%